

Distrital insiste na idéia e ataca Conic

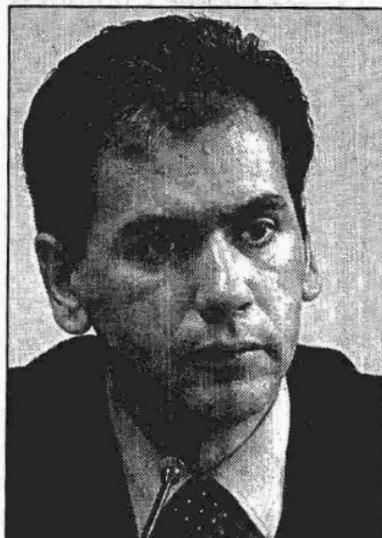
SAMANTA SALLUM

DA EQUIPE DO CORREIO

Apesar de ter retirado de pauta o projeto que diminui os poderes do Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília (Conpresb), o deputado Leonardo Prudente (PMDB) afirma que não desistiu da proposta. A grande reação negativa ao seu projeto original, que previa a extinção do conselho, não o fez recuar das críticas ao órgão. "Retirei da pauta porque não me interessa aprovar agora um projeto que está sendo mal interpretado pela opinião pública", justificou o distrital em entrevista ao Correio. "Não concordo com o excesso de poderes do órgão. E isso não significa que quero ameaçar a preservação de Brasília", sustenta.

Geólogo e empresário do setor de limpeza e vigilância, Prudente foi eleito com pouco mais de 13 mil votos. Em meio a um grande movimento contra seu projeto, ele deve

Paulo H. Carvalho 28.6.04



DEPUTADO QUER DIMINUIR PODERES DO CONPRESB

deixar a Câmara Legislativa até o fim da semana. Foi convidado pelo governador Joaquim Roriz para assumir a Secretaria de Trabalho. "Mesmo no governo, continuarei defendendo o projeto", diz Prudente, que é membro da igreja evangélica Sara Nossa Terra. O assunto só voltará a ser debatido pela Câmara em agosto, após o recesso parlamentar.

CORREIO BRAZILIENSE - O senhor esperava tamanha reação negativa ao seu projeto de extinção do Conselho de Preservação de Brasília (Conpresb)?

LEONARDO PRUDENTE - Esperava reações, mas não dessa forma. O projeto foi incompreendido. É uma inverdade, um grande exagero afirmar que meu projeto é uma ameaça à preservação de Brasília. A proposta de extinção talvez tenha sido uma dose muito forte. Por isso, apresentei um projeto substitutivo que mantém o conselho, mas como órgão consultivo.

CORREIO - O que o levou a apresentar o projeto?

PRUDENTE - Fui impulsionado pelo sentimento de indignação ao constatar que o conselho não funcionava como se esperava. Ele não está ajudando a preservar Brasília. Um exemplo é a demora na apreciação do Plano Diretor de Publicidade, aprovado pela Câmara Legislativa. O plano está há um ano aguardando ser regulamentado pelo conselho. Enquanto isso, a cidade está sendo desrespeitada por propagandas irregulares, outdoors em todos os lugares, enfim, pela poluição visual.

CORREIO - Então como o Conpresb deveria atuar?

PRUDENTE - O conselho deveria estar apresentando propostas para a cidade. Discutir, por exemplo, projetos de revitalização da avenida W3, impedir as agressões à Rodoviária de Brasília, pensar numa solução para o Conic. Eu sou um apaixonado por essa cidade, mas acho uma vergonha tirar foto do Conic. Ele está feio. Parece um caixote horrível. Deveria ser implodido.

CORREIO - Por que o senhor retirou ontem o projeto da pauta de votação? Se arrependeu da proposta?

PRUDENTE - Não defendo mais a extinção. Por isso, apresentei um substitutivo que não extingue o conselho, apenas o transforma num órgão consultivo. Tinha, sim, voto suficiente para aprová-lo. Mas não me interessa aprovar um projeto que está sendo mal interpretado pela

opinião pública. Por isso, retirei da pauta. Quero que a proposta seja mais discutida. Quero ter tempo para esclarecer as verdadeiras intenções do projeto. Vou lutar para que o projeto seja aprovado em agosto, após o recesso legislativo.

CORREIO - O senhor está sendo acusado de colocar em risco a preservação de Brasília...

PRUDENTE - Isso é injusto. Não sou contra a preservação de Brasília. Eu ajudei a aprovar a criação do conselho. O que não concordo é com o excesso de poderes do Conpresb. Virou um quarto poder. Como o conselho pode vetar o que 24 deputados eleitos pelo povo decidem? Dos 17 membros do conselho, cinco são candidatos derrotados nas últimas eleições. Eles têm meu respeito e admiração. Mas que legitimidade tem esse conselho? Maria Elisa Costa, quando era presidente do Iphan, se recusou a indicar um representante para integrar o conselho apontando o fato dele ser deliberativo.

CORREIO - O senhor, por ser evangélico, quis extinguir o conselho porque ele dificulta a instalação e funcionamento de igrejas em áreas públicas?

PRUDENTE - Estão misturando as coisas. Isso não é verdade. Mas acho, sim, que o Conpresb age de forma muito preconceituosa com as igrejas. O estado foi omissivo quando permitiu a ocupação e agora a penalidade recai sobre as igrejas.

CORREIO - O senhor é autor de projeto que permite as igrejas funcionarem sem alvará?

PRUDENTE - Não é bem assim. Eu defendo que todas as igrejas, para funcionar, sejam obrigadas a ter alvará. O que acho é que os critérios para conseguir alvará não sejam tão rígidos. Não dever ser os mesmos exigidos para um supermercado, por exemplo. Eu fui o relator da comissão formada por vários deputados que apresentou proposta permitindo a concessão de alvará temporário.